

(tribunal singular) n.º 623/96.0TBPFR, pendente neste Tribunal contra o arguido Fernando Asdubral Pinheiro de Oliveira, filho de Francisco Ribeiro de Oliveira e de Teresa Gonçalves Duarte Pinheiro, nascido em 18 de Novembro de 1949, casado, titular do bilhete de identidade n.º 2839456, com domicílio na Avenida do General Humberto Delgado, 732, rés-do-chão ou 1018, São Cosme, Gondomar, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97 de 19 de Novembro, por despacho de 5 de Setembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal, por se ter apresentado em Juízo e ter prestado o respectivo termo de identidade e residência.

20 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Francisco Ferreira da Silva*. — O Escrivão-Adjunto, *Armando Lima Peixoto*.

1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PAREDES

Aviso n.º 6074/2006 — AP

O Dr. Pedro Miguel Freitas S. Menezes, juiz de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Paredes, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 479/00.0TAPRD, pendente neste Tribunal contra o arguido António Vítor da Conceição Ferreira, filho de Joaquim Ferreira e de Alice da Conceição Leal natural de Marrazes (Leiria), de nacionalidade portuguesa, nascido em 30 de Outubro de 1956, casado, profissão: ajudante de cozinha, titular do bilhete de identidade n.º 7313456, com domicílio na Avenida de Portugal, 64, Baios, Gijón, 33207, Asturias Espanha, por se encontrar acusado da prática de um crime de burla para obtenção de alimentos, bebidas ou serviços, artigo 220.º, n.º 1, alínea c) do Código Penal de 1995, praticado em 22 de Março de 2000, por despacho de 28 de Setembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal, por apresentação.

4 de Outubro de 2006. — O Juiz de Direito, *Pedro Miguel Freitas S. Menezes*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Alice Azevedo*.

2.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PAREDES

Aviso n.º 6075/2006 — AP

A Dr.ª Ana Paula Oliveira, juíza de direito do 2.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Paredes, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 696/104.4TAPRD, pendente neste Tribunal contra o arguido Arlindo Ferreira Machado, filho de Joaquim Machado e de Maria Ferreira natural de Negrelos (São Mamede) (Santo Tirso), nascido em 13 de Junho de 1956, casado (regime: comunhão de adquiridos), titular do bilhete de identidade n.º 7284470, com domicílio na Rua dos Valinhos, 76, Gandra, 4580 Paredes, por se encontrar acusado da prática de um crime de maus tratos do cônjuge ou análogo, previsto e punido pelo artigo 152.º, n.º 2, do Código Penal, praticado em 17 de Setembro de 2004, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3 do referido diploma legal.

27 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Oliveira*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Helena Teixeira*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE PENACOVA

Aviso n.º 6076/2006 — AP

A Dr.ª Armandina da Silva Lopes, juíza de direito da secção única do Tribunal da Comarca de Penacova, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 387/91.4TBPCV, anterior n.º 185/1991, pendente

neste Tribunal contra o arguido António Silva Santos, casado, filho de João dos Santos e de Glória Monteiro Silva natural de Seia, Santa Eulália (Sela), de nacionalidade portuguesa, nascido em 9 de Março de 1948, titular do bilhete de identidade n.º 4710501, com domicílio no Edifício Avenida, loja A, São Romão, 6270 Seia, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º, 24.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 13004 de 12 de Janeiro de 1927, praticado em 14 de Setembro de 1990; por despacho de 19 de Setembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal, por se ter apresentado em juízo.

25 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Armandina da Silva Lopes*. — A Escrivã-Adjunta, *Lina Ferreira*.

Aviso n.º 6077/2006 — AP

A Dr.ª Armandina da Silva Lopes, juíza de direito da secção única do Tribunal da Comarca de Penacova, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 34/97.0TBPCV, (antigo 37/1997) pendente neste Tribunal contra o arguido José António Henriques da Silva Marques, filho de José da Silva Marques e de Júlia Henriques Sêco de nacionalidade portuguesa, nascido em 1 de Outubro de 1964, casado, profissão: desconhecida ou sem profissão, titular do bilhete de identidade n.º 9406714, com domicílio na Les Barthes, 47400 Villeton, França, França, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensas à integridade física simples previsto e punido pelo artigo 143.º do Código Penal, por despacho de 27 de Setembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal, por o arguido se ter apresentado.

28 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Armandina da Silva Lopes*. — A Escrivã-Adjunta, *Ana Almeida*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PENAFIEL

Aviso n.º 6078/2006 — AP

A Dr.ª Helena Maria de Moraes Teixeira Pereira, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Penafiel, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 163/03.3GEPNF, pendente neste Tribunal contra o arguido José Nelson dos Santos Ferreira, filho de Martinho de Sousa Ferreira e de Cândida Ferreira dos Santos natural de Penafiel, Capela (Penafiel), nascido em 8 de Abril de 1975, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 11649573, com domicílio na Lugar do Cerrado, Capela, 4560 Penafiel, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º, n.º 1 do Código Penal, praticado em 21 de Agosto de 2003, por despacho de 20 de Setembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal, por ter prestado termo de identidade e residência.

20 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Helena Maria de Moraes Teixeira Pereira*. — O Escrivão-Adjunto, *Humberto Hugo*.

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PENAFIEL

Aviso n.º 6079/2006 — AP

A Dr.ª Cristina Lavandeira, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Penafiel, faz saber que, no processo abreviado n.º 229/02.7GNPRT, pendente neste Tribunal contra a arguida Isabel Maria Francisco Bexiga Pereira, filha de Manuel António Bexiga e de Maria da Conceição Francisco Bexiga natural de Rio Maior, Rio Maior (Rio Maior), nascida em 25 de Fevereiro de 1970, casada, titular do bilhete de identidade n.º 9085149 domicílio na Avenida de Vasco da Gama, 42, 10.º, esquerdo, Norte, Póvoa do Varzim, 4490-410 Póvoa do Varzim, por se encontrar acusada da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 7 de Março de 2002, por despacho de 27 de Setembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal.

27 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Cristina Lavandeira*. — A Escrivã Auxiliar, *Ana Maria Silva Ribeiro*.